



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação oral e respectivas questões

Na resposta que o Governo me dirigiu, a propósito da minha interpelação escrita apresentada em 16 de Agosto do ano passado, na qual solicitava que fiscalizasse e controlasse, com maior rigor, as dotações para as grandes obras públicas, aquele esquivou-se por completo às questões que coloquei, tais como: *“permitir à AL apreciar e debater as decisões sobre as dotações para as grandes obras públicas”* e *“até à criação de um mecanismo legal, deve tomar a iniciativa de apresentar à AL, para apreciação e debate, as decisões sobre as dotações para as grandes obras públicas, sempre que o montante envolvido seja igual ou superior a 40 milhões de patacas”*. O Governo afirmou apenas que: *“Relativamente ao orçamento da RAEM bem como ao Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração, na sua elaboração tem-se obrigatoriamente em conta o plano do futuro desenvolvimento de Macau e a implementação das respectivas políticas, e só depois de se ponderar se o projecto reúne ou não condições para que se proceda ao seu início é que se procede a uma estimativa do investimento.”*; e *“o Governo da RAEM continuará a reforçar a comunicação e, em articulação com a Assembleia Legislativa, ouvirá as opiniões e sugestões dos deputados e da sociedade através, duma boa cooperação interactiva com a Assembleia Legislativa, promovendo assim o desenvolvimento da sociedade.”*. Mas não existe qualquer norma que exija como indispensável a fixação do orçamento dos projectos de grandes obras públicas do Governo da RAEM, nem existe



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

qualquer mecanismo que permita à AL debater sobre o orçamento desses projectos. Estas são as grandes lacunas e defeitos existentes actualmente.

Assim sendo, gostaria de interpelar sobre o seguinte:

1. Logo na fase de preparação do processo legislativo, deve ser introduzido um mecanismo legal que determine como indispensável a fixação do orçamento completo dos projectos das obras públicas de grande envergadura, e deve ainda permitir-se à AL, tendo em conta o interesse público, apreciar e debater as decisões sobre as dotações para as grandes obras públicas. O Governo concorda com isto? E com vista a reforçar o diálogo e a colaboração com a AL, até à criação de um mecanismo legal, o Governo deve tomar a iniciativa de apresentar à AL, para apreciação e debate, as decisões sobre a estimativa global das dotações plurianuais para as grandes obras públicas, sempre que o montante envolvido seja igual ou superior a 40 milhões de patacas. O Governo vai fazer isto?

2. Com base no reforço do diálogo e na coordenação com a Assembleia Legislativa, esta deve ser informada da estimativa completa das despesas com a primeira fase das obras de construção do Metro Ligeiro, uma vez que as estimativas passaram de 2 mil e 700 milhões para 4 mil e 800 milhões, depois para 7 mil e 500 milhões e acabaram nos 11 mil milhões. O Governo vai fazê-lo? O Governo deve divulgar os critérios em que essas estimativas se basearam. Vai fazer isso? Vai divulgar as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estimativas completas, por item, por exemplo, as vias públicas que vão ser incluídas, e ainda se as estimativas abrangem as paragens do Metro Ligeiro e as instalações do núcleo de transportes?

3. Depois do orçamento completamente desfasado, por excesso, do novo Campus da Universidade de Macau, o Governo da RAEM volta a designar a mesma empresa para se responsabilizar pelas obras da nova fronteira entre Cantão e Macau. Com o intuito de aumentar o diálogo e a cooperação com a AL, o Governo da RAEM vai dar a conhecer as previsões completas do orçamento para as obras da referida fronteira? De acordo com as informações disponibilizadas pelo Governo, a nova fronteira vai ter instalações sociais, instalações para a prestação de serviços aos cidadãos, hotéis económicos e habitações públicas. A sua construção vai ser faseada? Vai ser tudo adjudicado à mesma empresa?

31 de Janeiro de 2013.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Ng Kuok Cheong